

SERGE-T. BONINO (dir.), *Saint Thomas au XXème siècle* (Actes du Colloque du Centenaire de la "Revue Thomiste" 25-28 Mars 1993, Toulouse). Paris: Éditions Saint-Paul, 1994, 475 pgs.

A *Revue Thomiste*, fundada em 1893 na Universidade de Friburgo (Suíça), e posteriormente transferida para a Escola de Teologia de Saint Maximin, dos Dominicanos da Província de Toulouse, na cidade que guarda os restos mortais de Santo Tomás de Aquino, comemorou em 1993 os seus cem anos. Extraordinário feito para uma revista de Filosofia e Teologia, o sobreviver um século fiel à sua inspiração original, em meio às vicissitudes históricas e doutrinárias de uma das épocas mais complexas e difíceis para o mundo e para a Igreja! Assinale-se, de resto, que a *RT* continua a marcar vigorosamente sua presença no campo dos estudos filosóficos e teológicos e é considerada um dos mais importantes órgãos de informação e reflexão naqueles domínios do saber. Para o estudioso de filosofia, sobretudo para o que se ocupa com o pensamento medieval em geral e com o de Tomás de Aquino em particular, a *RT* apresenta-se como um instrumento indispensável de pesquisa, pelos seus artigos, notas e boletins bibliográficos. A comemoração dos seus 100 anos de existência é, sem dúvida, um evento importante na vida da Igreja e da cultura filosófico-teológica.

A *RT* nasceu no clima de renovação do pensamento cristão nos fins do século passado, criado pela encíclica *Aeterni Patris* de Leão XIII em 1879, e que tinha como palavra de ordem a restauração da "filosofia cristã" à luz da doutrina autêntica de Santo Tomás de Aquino. Colaborar nesse programa renovador pelo estudo e difusão do "tomismo", tal foi o propósito que guiou os fundadores da *RT* e que permaneceu constante nesses cem anos, buscando formas e modalidades diversas de presença ao mundo das idéias em rápida evolução, e mantendo um permanente diálogo com as novas correntes e uma atenção vigilante aos novos problemas, dentro e fora da Igreja. Se renunciarmos à velha e estéril dicotomia entre "conservador" e "progressista", estaremos mais perto de uma justa apreciação da grande obra doutrinal, crítica e de pesquisa histórica realizada pela *RT* nesses cem anos, definindo-a a partir de uma certa concepção do que seja a releitura da obra e do pensamento de um mestre medieval no clima cultural do século XX e na conjuntura eclesial que sofre necessariamente a sua influência. Essa releitura deve servir de fundamento à demonstração, levada a cabo com os instrumentos e resultados oferecidos pela ciência histórica moderna, da atualidade e da fecundidade da mensagem filosófica e teológica de Tomás de Aquino. A concepção do que seja o reencontro com o ensinamento tomásico no clima cultu-

ral do século XX e que preside à obra da *RT*, pode ser talvez definida pelo lema de Leão XIII adotado pela revista: *vetera novis augere*. É esse, de resto, o sub-título dado à apresentação do volume comemorativo pelo P. Serge-Thomas Bonino O. P. (pp. 10-13). O paradigma de releitura da obra de Tomás de Aquino em vigor ao longo da história da *RT* parte, pois, da reconstituição a mais exata possível, e mesmo literal, do ensinamento tomásico para então situar, em torno desse núcleo permanente, as conquistas legítimas da reflexão filosófica e teológica posterior. Trata-se de um paradigma que mostrou indiscutível valor hermenêutico, como estão a comprovar os 100 anos da Revista e o rico material histórico e doutrinal recolhido nas suas páginas, e que se revelou extraordinariamente fecundo na obra de um dos maiores discípulos de Tomás de Aquino no século XX, e que foi igualmente um grande animador e colaborador ilustre da *RT*, o filósofo Jacques Maritain, lembrado nas comunicações de Michel Fourcade "Jacques Maritain et le renouveau de la *Revue Thomiste* (1936-1940)" (pp. 135-152) e de Yves Floucat "Le Moyen Age de Jacques Maritain" (pp. 268-299). Por outro lado, esses 100 anos que assistiram a mudanças tão rápidas nas velhas nações do Ocidente e no mundo, e a um suceder-se em ritmo igualmente rápido de horizontes culturais e de novas sensibilidades na sociedade e na Igreja, mostraram claramente as limitações daquele paradigma, de sorte a levar o próprio Maritain, em correspondência com outro grande tomista (Gilson — Maritain, *Deux approches de l'être, Correspondance 1923-1971*, Paris, Vrin, 1991, pp. 171-174, cit. por S.-T. Bonino, p. 11) a reconhecer, no imediato pós-guerra, o *échec* do tomismo tal como ele o entendia e praticava, senão doutrinalmente, ao menos como projeto cultural. Um dos méritos do presente volume está em desenrolar diante do leitor as vicissitudes do tra-

balhoso caminho iniciado no longínquo 1893 e mostrar na situação presente, junto com o reconhecimento sem ilusões de que muitas das pretendidas evidências do chamado "neo-tomismo" ou "paleo-tomismo" como preferia dizer Maritain, apagaram-se ao longo do caminho, o surgir de novos problemas e novos desafios que estão a reclamar uma nova releitura da obra de Tomás de Aquino, tendo em vista o desenho de uma nova figura histórica do seu ensinamento, dentro daquela que se acredita ser sua perene fecundidade. Nessa perspectiva devem ser lidas as comunicações da 3a. parte, *Le thomisme dans la pensée contemporaine*, na quais são discutidos problemas filosóficos, teológicos, éticos e de diálogo inter-religioso, coroando todo o volume uma bela meditação do Reitor do Instituto Católico de Toulouse, André Dupleix, sobre Santo Tomás, mestre espiritual (pp. 452-464).

O título do volume deve, pois, ser entendido como evocação da presença de Tomás de Aquino no século XX através do programa e das páginas da *RT*, o que foi sem dúvida uma presença de grande visibilidade histórica e doutrinal. Mas esse ângulo não encerra o interesse das contribuições que enriquecem o volume. Na verdade, a *RT* esteve e está no centro da vida cultural da Igreja na França, e a leitura desse volume comemorativo nos permite acompanhar, através de comunicações bem documentadas, alguns dos mais importantes episódios da vida do catolicismo francês no nosso século, e que tiveram repercussão maior ou menor na vida de toda a Igreja. Assim, por exemplo, o texto de Jean Caron sobre a discussão Blondel — Schwalm em torno do método da imanência em apologética, que ocupou os últimos anos do século XIX e os começos do século XX (pp. 41-52); a *RT* durante a chamada "crise modernista", tema estudado por Henry Donneaud O. P. (pp. 76-94); a crise da *Action Française* e o P. Bernardot O. P., lembrada por

Ph. Chenaux (pp. 109-120); finalmente, a erudita comunicação de Étienne Fouilloux sobre a querela em torno da chamada *nouvelle théologie* que opôs no imediato pós-guerra, entre outros, os jesuítas de Fourvière (Lyon) e os dominicanos da RT, querela, de resto, como mostra Fouilloux, alimentada por equívocos e prevenções de parte a parte, que impediram um verdadeiro diálogo (pp. 153-195). Convém ainda ressaltar a riqueza e o interesse das comunicações da 2a. parte, que versam sobre a historiografia do pensamento medieval e que estudam o platonismo medieval e sua presença em Santo Tomás (Cristina d'Ancoña Costa, pp. 198-217, com importantes bibliografias em anexo); a fortuna historiográfica de Duns Escoto (O. Boulnois, pp. 218-232); a historiografia do nominalismo medieval (F.-X. Putallaz, pp. 232-246); a experiência do ser e a experiência do sujeito no pensamento "escolástico" a propósito de Dante e Rabelais (Bruno Pinchard, pp. 247-267); a historiografia da escola tomista e a interpretação de É. Gilson (S.-. Bonino, pp. 298-313); uma apreciação do paradigma de leitura e interpretação do pensamento medieval proposto por outra importante revista, a *Revue Philosophique de Louvain* (antiga *Revue Néoscholastique de Philosophie*, J. Follon e J. Mc Evoy, pp. 316-334); enfim, um estudo sobre o melhor regime político segundo São Tomás em alguns intérpretes recentes (R. Imbach, pp. 334-350).

Aí está uma idéia do interesse desse volume, marco digno de um centenário tão importante quanto o da *Revue Thomiste*, à qual auguramos longos anos, tão ricos e fecundos quanto os do século que acaba de ser comemorado.

H. C. Lima Vaz

GUILLERMO GIUCCI, *Sem Fé, Lei, ou Rei. Brasil 1500-1532*. Tradução de Carlos Nougué. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, 239 pp. ISBN 85-325-024-4.

Guillermo Giucci, no livro **Sem Fé, Lei ou Rei. Brasil 1500-1532**, procura reconstruir "... os modelos de compreensão de uma realidade estranha e do processo de adaptação a um contexto ignoto" (p. 13). Daí a análise cuidadosa das fontes primárias em busca das motivações e contradições que moveram os personagens de 1500-1532.

Giucci organizou o texto em cinco capítulos, sendo que o quinto é de fato uma conclusão. A introdução, ao apontar o objetivo, o contexto geral e o percurso dos capítulos, prepara o leitor para visitar o passado.

O autor começa o primeiro capítulo "**a visão inaugural do brasil: a terra de Vera Cruz**" (pp. 27-76) analisando os fatos acontecidos na "Semana de Vera Cruz". Mostra que os relatos de testemunhos presenciais apontam tanto para uma confusão quanto para uma união entre *visão* e *apropriação* no episódio do "descobrimento do Brasil".

Fato este gerador de um sistema particular de interpretação que: não reconhece a forma assimétrica dos encontros culturais, como não vê, também, a resistência aos ideais do expansionismo português. "Em outras palavras, durante a "Semana de Vera Cruz" a observação transcende a participação, mas em última instância o observador valoriza mais a homogeneizadora participação futura do colonizador que o puro registro da diferença. O espectador da história do descobrimento se transforma em co-partícipe da futura história da colonização" (p. 40). O imperativo ético brilha pela ausência no engenhoso jogo de aproximação lusitana.

A ausência de indícios de metais preciosos leva os portugueses a adiar o desejo de conquista armada da terra de Vera Cruz. Desautoriza-se, assim, uma leitura que via na carta de Caminha relações humanas cordiais.

Na análise das cartas de 1499, de 1501 e de 1505 de D. Manuel aos Reis Católicos, constata-se a passagem de uma visão ufanista acerca do descobrimento do caminho marítimo para as Índias, da esperança manuelina de controlar o comércio asiático, para uma visão mais correta acerca do futuro lusitano no Oriente.

Entre o desejo imperial e a consecução dos objetivos interpõem-se os obstáculos naturais, a resistência dos comerciantes mouros e a do Samorin de Calecute. O rei português valoriza o espaço geográfico na Terra de Vera Cruz, verdadeira plataforma territorial entre Portugal e Índia.

Na parte final, o autor retoma a questão da cordialidade. A percepção da descontinuidade das relações por ambas as partes, mais a criação de uma falsa imagem do indígena e a domesticação da diversidade pelos portugueses sustentam a falsa imagem da cordialidade e escondem a interdependência entre tecnologia e religiosidade.

Até o século XX, explicar o triunfo dos europeus no Novo Mundo pela linguagem da tecnologia era muito raro. "Mais que a passagem do paradisíaco para o infernal, a história do Brasil quinhentista documentará a crise da esperança portuguesa na cumplicidade servil dos nativos e a emergência da percepção do inevitável enfrentamentos" (p. 75).

O capítulo segundo, intitulado "A escrita da fama" (pp. 77-116), introduz a questão "... da relação entre fama, escrita e descontinuidade na fase embrionária e menos violenta do chamado 'descobrimento' do Brasil" (p. 90).

Começa tecendo considerações sobre o tema da fama na Antiguidade, na Renascença e no período do "descobrimento". Relembra, ainda, que a escrita foi um dos instrumentos utilizados para escrever o nome do herói — centro simbólico da comunidade — na história.

O cronista americano, por sua vez, testemunha e registra não só o conflito cultural como a dignificação da empresa expansionista. Os textos elaborados nos marcos da conquista não preservam costumes ou a cosmovisão dos indígenas, mas revelam, uma urgência incômoda, a historização da memória. "A urgência de historizar deriva da mudança violenta das instituições americanas a partir da conquista e colonização, e é com relação a esta tensão entre extermínio e preservação que a escrita adquire uma relevância inegável" (pp. 89-90).

Em seguida, analisa as cartas vespucianas reveladoras do entrelaçamento entre letras, memória e fama e da associação feita pelo cronista entre experiência pessoal e abertura para a realidade. "Vespúcio é muito mais interessante pelo que diz e sugere que pela forma como diz" (p. 102).

Cronista perplexo diante do mundo natural, cronista horrorizado diante do mundo cultural, é também um cronista crítico diante da inadequação dos conhecimentos geográficos e bíblicos.

Ao olhar os indígenas sob o prisma da ordem, cria a imagem da barbárie. Para Giucci, a desordem, o oposto da ordem é "... a pedra angular da compreensão da realidade humana observada, o suporte ideológico de uma cosmovisão que se fende e se recompõe, o cordão umbilical que une percepção e juízo de valor" (p. 105).

Desde o início o encontro cultural entre ameríndios e expedicionários foi concebido como um encontro da barbárie — manifestada na antropologia e especialmente na ausência de regras sociais — com a civilização.

O autor relembra que a cultura expansionista utiliza o "critério da falta "para explicar a realidade humana". Os indígenas não tem fé, nem lei, nem rei..." (p. 114).

No terceiro capítulo, "**Tecnologia e engano no Novo Mundo**" (pp. 117-161), o autor reflete sobre a importância da técnica no encontro das culturas, relembra o costume dos europeus de carregar amostras humanas das terras descobertas para o Velho Mundo e termina com o exame do fenômeno da negociação das ilusões.

"Em sociedades de subsistência, em que, portanto, não se dá a acumulação de metais preciosos, o mecanismo do engano se apóia freqüentemente em metas "artificiais" ou "sobrenaturais" no sentido de defender a imagem da posse da técnica ou da rota para a terra sem mal" (p. 124).

Através do exame de três encontros culturais, esclarece duas negociações de ilusões: a da tecnologia e do sagrado.

O primeiro encontro entre a expedição de Binot Gonville e os carijós se dá sob o signo da amizade e promessa, alimentado pelo aparato técnico-militar.

A manutenção do costume de transportar indígena para o Novo Mundo, no caso Esomeriq, filho do rei carijó Arosca, com a promessa do ensino do uso da artilharia, revela bem que: "o engano foi na América uma arma para o qual apelaram por motivos distintos e com desfecho variado, tanto para os europeus quanto para os indígenas" (p. 153).

Interesses comerciais levam os expedicionários normandos a realizarem mais duas escalas no litoral norte.

Os traços centrais do segundo encontro cultural são a confiança despreocupada dos normandos e a hostilidade dos nativos e a posterior visão ne-

gativa dos indígenas selvagens, demônios e canibais.

O terceiro encontro cultural é marcado pela desconfiança e comércio, determinado pela experiência da traição e pelo afã do lucro. "O diálogo estabelecido é o da troca de objetos. São estes que suplantam as palavras, o *modus vivendi*, a ética, o canibalismo, fazendo-o com eficácia" (p. 154).

Neste terceiro encontro, o seqüestro de dois nativos mostra mais uma vez a transformação do ser humano em objeto de uso.

Finalmente, introduz a segunda modalidade de engano: a negociação do sagrado. Neste caso, o engano é revestido por uma perspectiva espiritual, a esperança da terra prometida, outra face do engano da tecnologia. Estabelece-se, assim, o elo entre tecnologia e negociação do sagrado.

No capítulo quarto, intitulado "**A colonização acidental**" (pp. 162-205), Giucci analisa o fenômeno da colonização acidental.

A colonização acidental acabou promovendo no campo social um verdadeiro encontro cultural, uma **transculturação**, ou na expressão de Jaime Cortesão: "a formação de uma comunidade luso-tupi" (p. 199).

Os protagonistas desta colonização são sobreviventes de naufrágios, aventureiros ou criminosos aqui abandonados. Obrigados a reorganizar seus universos pessoais e sociais, tornam-se responsáveis, pelo menos a nível social, por um verdadeiro encontro cultural.

Há dinamismo na colonização acidental, diz Giucci, "a colonização acidental não implica, conseqüentemente, um projeto organizado de modo racional e levado à prática por etapas programadas, e sim a resposta criadora a uma situação de necessidade que pouco a pouco desemboca na construção

de uma imprevista organização social" (p. 196).

A colonização planejada reveste-se de um caráter oficial, é definida pela subordinação às leis.

A expedição de Martin Afonso de Souza, a instalação das capitânias hereditárias e de governo geral, e a chegada dos jesuítas relembram momentos de sua implantação nos quais o ideário colonizador, já expresso por Caminha, toma corpo concretamente.

O quinto capítulo, "**Não tem Fé, nem Lei, nem Rei**": A trajetória de um ingrediente tópico" (pp. 206-214), ultrapassa os marcos cronológicos do livro na trilha da tradicional fórmula valorativa dos indígenas.

A fórmula de Pero de Magalhães Gândavo (1570) "não tem fé, nem Lei, nem Rei" é usada à saciedade pelos cronistas posteriores.

Não se trata, apenas, de uma simples observação etno-histórica, pois ao se transformar em acusação e método de pressão, deturpa a visão do indígena.

O embrutecimento do indígena brasileiro é proporcional à sua resistência ao projeto colonial. Desde os primeiros momentos da colonização, a questão da diversidade humana, da alteridade, gerou tensão. Mas, a ótica dos viajantes, subordinando-a aos objetivos materiais (riquezas metálicas), fez com que o problemático não fosse a diferença mas a resistência.

O livro de Guillermo Gucci convida-nos a uma viagem ao período pré-colonial. Nesse período aportaram no país dezenas de navios em missões oficiais ou clandestinas em busca de riquezas.

A análise cuidadosa de centenas de documentos, diários e cartas relativas a esse período leva o autor a negar a visão idílica do Brasil pré-colonial, proposta pela historiografia oficial.

Contribuição importante e necessária, pois, como nos lembra Carlos Guilherme Mota, a visão luso-tropicalista continua presente até hoje.

Texto claro e rigorosamente organizado, apoiado por uma bela e oportuna pesquisa. Um humor fino acompanha a análise crítica das instituições, da condição humana, dos defeitos e fraquezas do homem.

"**Sem Fé, Lei ou Rei — Brasil 1500-1532**" é um livro fascinante que, ao combinar erudição, obsessão pelo rigor e profusão de detalhes, permite ao leitor mergulhar no passado e compreendê-lo de forma renovada. Compreensão fundamental para a implantação de uma nova sociedade civil na qual a cidadania não continue sendo a dos mais iguais (Carlos G. Mota).

Enio José da Costa Brito